

A Primeira República Portuguesa (1910-1926): educação, ruptura e continuidade, um balanço crítico.

António Candeias

Universidade Nova de Lisboa

1. A República, a Revolução e a Continuidade: síntese introdutória

Sobre a 1.^a República Portuguesa as interpretações sobre quase tudo o que nela decorreu são conflitantes, mas sabemos o que foi e quando teve lugar: foi um regime que nascendo de forma violenta, por meio de um golpe de estado ou de uma revolução, conforme as opiniões, pôs fim a uma monarquia instaurada em 1143. Sabemos também que durou um pouco menos de dezasseis anos, de 5 de Outubro de 1910 a 28 de Maio de 1926, quando uma parte do exército português, perante a complacência da maioria da população lhe pôs um término. Sabemos que, Suíça à parte, foi a segunda república a ser criada de forma duradoura na Europa e a primeira a nascer no século XX. Sabemos que viveu num contexto internacional muito duro, e que foi de uma instabilidade política assinalável: “...Quarenta e tal governos, seis presidentes, eleições parlamentares em média de dois em dois anos, vinte e cinco revoltas e motins, ...” (Martins, 1998, 70). Quase tudo o resto, das suas origens, à sua obra, e às razões porque foi terminada, é discutível, e sê-lo-á dentro dos limites deste texto.

As historiografias relativas à 1.^a República Portuguesa costuma dividir-se em dois grandes campos que, com algumas variantes, esgotam o assunto.

Por um lado temos uma linha interpretativa que trata o tema de maneira autónoma, como uma matéria de estudo coerente em si mesma, e que entende a 1.^a República como um episódio histórico com caracte-

rísticas de ruptura face ao Constitucionalismo Monárquico, sobretudo nos campos políticos, sociais, culturais e pedagógicos. Bem representativo desta linha de trabalho situa-se a obra que mais elementos de trabalho tem fornecido para o estudo desta época, e referimo-nos à obra de António de Oliveira Marques (Oliveira Marques, 1978, 1981, 1991), mas também a outros trabalhos e autores como António José Telo (1980, 1984), Jacinto Baptista e o seu belíssimo ensaio historiográfico sobre o 5 de Outubro de 1910 primeiramente publicado em 1964 (Baptista, 1983) ou a obra fundamental de Fernando Catroga sobre a formação e características da ideologia e do movimento político republicano em Portugal, que, publicado pela primeira vez em 1991, foi mais recentemente alvo de uma edição revista (Catroga, 2000);

Por outro lado, situam-se trabalhos que subentendem que a 1.^a República se insere numa continuidade do liberalismo do século XIX, emergindo como um sintoma da crise que a sociedade portuguesa enfrentou desde meados da década de 80 do século XIX, esgotado o ímpeto da “Regeneração” e numa altura em que a consolidação do quadro clássico do capitalismo Ocidental condicionava fortemente o desenvolvimento autónomo dos capitalismos periféricos (Rioux, 1971). Estes trabalhos, ou pelo menos alguns deles, têm tendência a mostrarem-nos a 1.^a República como um “deslize” do quadro político anterior, como uma “radicalização” da Monarquia Constitucional, encarando factos como o regicídio ou a mudança de regime pela força, como sintomas de um redobrar da conflitualidade social e política, natural nas circunstâncias históricas em que se deram.

Vista desta forma a 1.^a República não renegará a sua origem liberal, mas será fortemente marcada por um discurso e prática populista, bem ancorada nas suas bases sociais naturais, constituída pelas classes médias e média – baixa urbanas. Para muitos destes autores, a 1.^a República seguirá o caminho das suas bases de apoio que, lutando contra as consequências políticas e económicas da concentração de capital necessária ao desenvolvimento do capitalismo liberal do final de século, aspiram a mais “igual-

dade”, traduzida no fim dos “privilégios dos poderosos”, mas não se revêm nas teses colectivistas ou no discurso e práticas radicais do movimento operário de origem anarquista. Assim, o destino histórico da 1.ª República no quadro de um estado periférico e pobre, não poderia ser senão o que foi: esmagado por entre a pressão sindical e o poder do grande capital, as fracas classes médias urbanas encontraram no Salazarismo um compromisso conservador que a troco das liberdades típicas do liberalismo que, de qualquer das formas a instabilidade dos regimes anteriores não tinha permitido potenciar, lhes fornecerá um quadro de vida estável e previsível dentro dos condicionamentos conhecidos. Exemplos desta direcção poder-se-ão encontrar nos trabalhos do historiador da economia Armando de Castro (1971,1979) ou dos sociólogos Fernando Medeiros (1978), Manuel Villaverde Cabral (1979) e de certa maneira, embora de forma menos marcada pela matriz marxista, de Hermínio Martins (1996), entre outros.

Mais perto da primeira do que da segunda linha interpretativa, mas, por feitiço, estilo e escrita dificilmente alinhável em qualquer delas, encontra-se uma parte da obra de Vasco Pulido Valente (1976, 1997), que sendo alvo de, no mínimo, alguma desconfiança no meio historiográfico (Oliveira Marques, 1978, XII), tem na nossa opinião, entre alguns outros, o grande mérito de ter tornado evidente a contradição insanável em que se encontrou um regime republicano que nunca foi legitimado pelo sufrágio, senão universal, pelo menos alargado (Valente, 1997).

As vantagens da primeira abordagem são essencialmente duas: ao tratarem de forma séria e profissional o tema em si, procedem a um inventário exaustivo das fontes que servem de apoio a outros trabalhos e constróem de forma segura o esqueleto estrutural da 1.ª República, o que facilita as navegações de outras sensibilidades pelo período em causa. Pouco interpretativa por opção, esta é uma das características da obra de Oliveira Marques que a tornam num elemento de consulta insubstituível para quem se ocupe do tema.

De seguida, e como segunda e principal vantagem, ocupam-se do quadro teórico de referência do republicanismo, e mostram como ele

constituía um esboço coerente com origens na esquerda liberal positivista e de origem iluminista, que substituindo os “partidos de patrocínio” do Constitucionalismo Monárquico por um partido moderno no sentido em que se tratava de “um partido de ideologia e de massas”, massificou a política ao espalhá-la por clubes, jornais e associações, disseminando-a através de comícios e outras formas de propaganda moderna durante os finais do século XIX e princípios do século XX (Catroga, 2000, 12).

Mostram também alguns destes autores, com relevância para Fernando Catroga, os aspectos particulares da “ideologia” republicana, como a proposta de “laicização das instituições e das consciências” e a maneira como, ao posicionarem-se ponto por ponto em oposição à forma de fazer política predominante na última fase da Monarquia, “...República versus Monarquia, (...) «partido do progresso» versus «partido da ordem», partido da «ciência» versus «partido obscurantista» (...) à boa maneira iluminista, a chamada «revolução republicana» pressupunha (...) a consumação de uma verdadeira «revolução cultural»...” (Catroga, 2000, 12-13).

Para alguns destes autores, esta forma de encarar e de praticar a política, romperá com os costumes anteriores, deixando marcas profundas no devir da história contemporânea Portuguesa e fazendo do corpo teórico e partidário republicano a versão portuguesa do “patriotismo nacionalista”, que na opinião de Eric Hobsbaw (Hobsbaw, 1990) tanto marcou a Europa de meados da década de setenta do século XIX até aos começos da 1.ª Guerra Mundial. Para este autor esta fase de ascensão das teorias e práticas nacionalistas na Europa de transição de século, teria as seguintes características: a) assentaria no primado da “Etnia”, da “raça”, e no fundo da única manifestação concreta dos dois conceitos anteriores, a língua, como base das “nações”, promovendo a ideia de um Estado próprio para cada “nação”, o que ia ao arrepio dos vários “Estados plurinacionais” que abundaram na Europa até à 1.ª guerra mundial; b) seria decisivamente marcado pelo surgimento dos novos estratos sociais urbanos típicos da industrialização, e pela conflitualidade gerada em torno da sua integração, num movimento que tem como tendência a transformação de “súbditos”

em “cidadãos”; c) e encontrará como obstáculo, a resistência dos grupos e classes dominantes (Hosbsbawm, 1990, 108-109).

De facto, alguns dos episódios que marcam a ascensão e a prática política republicana, tais como a comemoração patriótica do 3.º centenário da morte de Camões, a que se segue, na década seguinte e no rescaldo do Ultimato britânico de 1890, o imenso clamor patriótico que leva à tentativa de golpe de estado republicano de 1891, parecem encaixar-se bem neste conceito de “nacionalismo”. Assim, à semelhança do que se passará com a vizinha Espanha quando os restos do seu Império forem varridos por uma potência emergente como os Estados Unidos da América, a reacção à “decadência peninsular” tomará, cá como lá, o rosto do Republicanismo, que reagindo à periferação dos antigos centros do mundo, apontam a Monarquia e a Igreja como estando na origem da ruína em que quer económica quer politicamente se encontram as sociedades Ibéricas. A ideia transparece de tal forma no discurso republicano português, que justifica o título de “A segunda Fundação” que Rui Ramos dá a um volume de uma História de Portugal dedicada ao período que vai de 1890 a 1926 (Ramos, 1994). E se mudar a economia e o resto se revelará mais difícil como se verá, será na imagética que os Republicanos deixarão uma marca bem profunda: o cuidado e empenho posto na definição e culto da nova bandeira portuguesa assim como o tom do hino escolhido para simbolizar a “nação” entre outros aspectos, tornam os republicanos nos primeiros artífices sérios de um dos campos principais que, para Ernesto Castro Leal, constituem a nova noção de “nação”, ou seja, o espaço cultural mental que, para além dos novos espaços económicos, sociais e políticos, irão ser fundamentais para a legitimação simbólica das novas “pátrias” modernas (Leal, 1999, 21).

Assim, para muitos dos autores que o estudaram, o Republicanismo não só é de facto uma “revolução” no sentido em que sobretudo na sua primeira fase, a chamada “República Velha”, tornará impossível qualquer consenso com os estratos sociais conservadores, monárquicos e católicos, como também se constituirá numa espécie de proto-construtor da

modernidade ao dar forma em Portugal a um nacionalismo populista tão típico da Europa da época, e que de forma diferente, mas com uma intensidade, estabilidade e meios a que a República não teve acesso, o Estado Novo aprofundará.

Quanto aos autores que privilegiam uma visão da República como um epifenómeno destituído de uma lógica e coerência própria, baseiam-se normalmente não só na análise de dados económicos e sociais em períodos de tempo longo, como também, insistem na comparabilidade dos regimes que um pouco por toda a Europa, produto de contextos políticos e sociais similares ao português, tiveram formatos e desempenharam papéis semelhantes ao que a 1.ª República desempenhou na história portuguesa.

Assim, lembram-nos estes autores que “...muito do que se passou em Portugal nesta época se percebe melhor no contexto europeu...”, e que, se “...há problemas que mudam de sentido se vistos desta maneira (...) outros existem que só podem ser eficazmente tratados a um nível internacional...” (Ramos, 1994, 9); que a 1.ª República, na sua instabilidade e relativamente curta duração “...é superior aos cinco anos da II.ª República espanhola, mais ou menos equivalente ao da República de Weimar ou à I.ª República Austríaca e inferior ao da III.ª República Francesa...” (Martins, 1999, 69); que o estudo do movimento operário português do princípio do século, se pode fazer quase que não tendo em conta a história da 1.ª República (Fonseca, s.d., 4 volumes); que o regime de propriedade e a economia poucas ou nenhuma alteração sofrem que possam ser atribuíveis às políticas de índole republicana (Castro, 1979); que as formas de legitimação através do voto, se chegam a restringir dos anos 80 do século XIX aos anos 20 do século XX, (Lopes, 1994, 145); enfim, que pouco existe de duradouro que se possa atribuir à acção concertada de uma política que se possa dizer de “Republicana”.

Nenhuma destas “linhas de trabalho” é mais importante do que a outra, e além do tempo se ter encarregue de as aproximar, são e como costuma dizer-se, complementares. Na verdade raramente se consegue juntar num único autor o estudo do objecto, por dentro e na sua lógica

interna, com a capacidade de sobre ele produzir um olhar externo de forma a inseri-lo em espaços mais vastos que permitam generalizações, e a articulação de tais generalizações em construções teóricas mais abrangentes. É portanto na pluralidade de abordagens que encontraremos o enriquecimento da imagem que vamos fabricando, e no caso da 1.ª República portuguesa podemos dizer que à medida que as abordagens se multiplicam e que o seu peso simbólico e afectivo se esbate, nos encontramos cada vez mais perto de uma fase da obra que começa a entrar na maturidade.

Não resistimos, no entanto, ao teste dos números, numa tentativa de tentar perceber o que há de “republicano” nesta 1.ª República portuguesa.

2. O Teste dos Números: riqueza, instrução, legitimidade política e emigração na República

Ao estudar-se melhor o assunto compreende-se que, pelo menos no caso português, o “chapéu” de republicano esconde diversas sensibilidades que, atropeladas por duas ditaduras intercalares e por uma guerra de efeitos desastrosos vivida em dois continentes por um dos países mais pobres da Europa, não têm tempo de se organizar e reagrupar em movimentos políticos modernos.

O pouco tempo que tiveram de vida e o período histórico conturbado que atravessaram pouco espaço lhes parece ter deixado para se estabilizarem, amadurecerem e melhorarem alguns dos campos fundamentais em que assentaram, com maior ou menor dificuldade, as poucas democracias que, entaladas entre os “vermelhos” e os “negros”, se mantiveram como democracias dos finais do século XIX até aos nossos dias: referimo-nos aqui ao campo económico, ao campo educativo e ao campo político, que em conjunto conseguiram produzir a Riqueza, a Instrução e a Legitimação sem os quais nenhuma democracia moderna sobreviveu.

Os quadros que de seguida expomos, mostram duas coisas: por um lado, como fizeram falta a Riqueza, a Instrução e a Legitimação que

poderiam ter ajudado um movimento patriótico, urbano, radical e minoritário a transformar-se numa democracia “nacional”; por outro, mostram também que a continuidade estrutural entre Constitucionalismo Monárquico e República é muito mais forte do que a ruptura, e quando esta existe, como se verá com a questão da emigração, ela parece espelhar um rotundo fracasso dos mais de quarenta governos que passaram pelo poder em Portugal, entre 1910 e 1926.

Quadro 1 – Estimativas de PNB\real per capita para uma selecção de países (em US\$ de 1960)

<i>Países</i>	1830	1860	1913	1929	1950	1960	1970
Alemanha							
Ocidental	240	345	775	900	950	1790	2705
Bélgica	240	400	815	1020	1245	1520	2385
Canadá	280	405	1110	1220	1785	2205	3005
Chec.	–	–	500	650	810	1340	1980
Dinamarca	125	320	885	955	1320	1710	2555
Espanha	–	325	400	520	430	640	1400
U.S.A.	240	550	1350	1775	2415	2800	3605
Holanda	270	410	740	980	1115	1490	2385
França	275	380	670	890	1055	1500	2535
Itália	240	280	455	525	600	985	1670
Japão	180	175	310	425	405	855	2130
Noruega	225	325	615	845	1225	1640	2405
<u>Portugal</u>	<u>250</u>	<u>290</u>	<u>335</u>	<u>380</u>	<u>440</u>	<u>550</u>	<u>985</u>
Reino Unido	370	600	1070	1160	1400	1780	2225
Rússia (URSS)	180	200	345	350	600	925	1640
Suécia	235	300	705	875	1640	2155	2965
Suíça	240	415	895	1150	1590	2135	2785

Fonte: Landes, 2001, 258

Este quadro mostra-nos várias coisas que consideramos relevante para o assunto, mas a principal tem a ver com a maneira límpida como é exposto o empobrecimento da sociedade portuguesa face às suas congéneres europeias durante os séculos XIX e XX. É também o caso, embora de forma menos marcada, da Espanha no mesmo período de tempo, pelo que sem cairmos em exageros despropositados, parece-nos relevante, pelo menos neste ponto, realçar a pertinência de uma abordagem “Ibérica” ao tema.

Voltando no entanto ao caso português, e comparando o percurso, durante estes dois últimos séculos, deste país e da Dinamarca, dois países europeus de pequena-média dimensão mas com identidades nacionais muito fortes, diz-nos o economista inglês M.S. Anderson, o seguinte: “...Denmark in the first years of the nineteenth century accounted for only about 0,4% of Europe`s Gross National Product; but by 1913, intelligent adaptation had more than doubled this to 0,9%. Portugal during the same period saw her contribution drop from about 2% to a mere 0.7% (...). From being one of the richest countries of Western Europe, she had become the poorest. In 1800 she had been still the fifth or sixth most important trading state in Europe; by 1910 she had sunk to seventeenth...” (Anderson, 2000, 137).

Este comentário, que testemunha a incapacidade ou impossibilidade das elites portuguesas dos séculos XIX e XX em tirarem melhor partido do processo de modernização, mostra as vantagens da história económica de longa duração: como dissemos antes, as características políticas do Liberalismo, do Constitucionalismo Monárquico, da República e do Estado Novo, parecem totalmente irrelevantes perante estes números crus, que se não retratam tudo, ajudam-nos a compreender uma parte do essencial. E aqui o essencial é que dificilmente se compreenderia, no século XIX como no século XXI, uma sociedade que se conseguisse democratizar de forma mais ou menos endógena, sem ser capaz de produzir um nível de riqueza que satisfizesse mais do que as necessidades básicas do seu povo, sobretudo num período em que, nas palavras de Ernest Gellner, o nível de vida aspirado pelas populações tocadas pelo espaço cultural industrial

era, por comparação com as sociedades anteriores, extremamente elevado (Gellner, 1993, 17).

Quadro 2 – Taxas de Alfabetização (%) dos portugueses de ambos os sexos de idade igual ou superior a 10 anos e por classes de idade entre os 10-14 e os 50-54, entre 1900 e 1991

	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Alfabetos com dez ou mais anos	27%	31%	35%	40%	46%	58%	67%	74%	79%	89%
10-14 anos	24%	32%	36%	42%	60%	76%	97%	99%	*	99%
20-24 anos	30%	35%	40%	44%	56%	68%	80%	96%	98%	99%
30-34 anos	30%	34%	37%	45%	48%	*	70%	80%	97%	99%
40-44 anos	27%	30%	34%	39%	46%	*	61%	70%	81%	98%
50-54 anos	22%	26%	30%	34%	39%	*	48%	59%	70%	85%

Fontes: Censos Populacionais de 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991

Este quadro, faz-nos quase repetir ponto por ponto os comentários anteriores, relativos ao desenvolvimento económico comparado de Portugal e outros países industrializados. Mais uma vez se não nota nenhuma ruptura no nível de alfabetização das populações portuguesas durante os primeiros 40 anos do século XX em Portugal. Mas se no quadro anterior se estava perante uma linha que parecia testemunhar a inércia em termos económicos dos regimes políticos que atravessam os séculos XIX e XX, neste é visível um começo de ruptura nos níveis de Alfabetização português sobretudo a partir da década de 50, quando o salazarismo começa a pôr

seriamente em marcha as leis de obrigatoriedade escolar que, lembremos, datam de 1835, ou 1844 segundo os autores que preferirmos. Na verdade se observarmos o desenvolvimento da alfabetização das classes de idade dos 10-14 anos, aquelas em que o reflexo da escolaridade é mais claro, vemos que as suas competências alfabéticas dispararam a partir do Censo de 1940, e em 1960, estão já todos praticamente alfabetizados, o que neste tempo é sinónimo de escolarizados.

E se quisermos ter uma imagem mais real do atraso português no domínio da introdução desse verdadeiro marco da modernidade que é a disseminação da cultura escrita, comparemos as taxas de alfabetização portuguesa e espanhola na primeira metade do século XX.

Quadro 3 – Comparação entre as percentagens de Alfabetização portuguesas e espanholas na primeira metade do século XX

	Portugal: Alfabetos com dez ou mais anos	Espanha: Alfabetos com idades compreendidas entre os 11 e os 100 anos
Censos de 1900	27%	41%
Censos de 1911/1910	31%	48%
Censos de 1920	35%	56%
Censos de 1930	40%	67%
Censos de 1940	48%	77%
Censos de 1950	58%	83%

Fontes: Portugal, Censos Populacionais de 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950; Para Espanha, Censos Populacionais de 1910 a 1950, em Gabriel, 1998, 37.

Mas outra questão irrompe deste desfiar de números: como era possível pensar-se uma “República”, e quando se fala da 1.ª República entende-se por isso uma “coisa pública”, com níveis de alfabetização para a

população de mais de dez anos, que só em 1930 é que chegam aos 40%? Não se trata apenas do problema da legitimação de um regime pelo voto popular, questão que mais à frente será discutida, mas da impossibilidade de conceber espaços políticos modernos, quer se trate de ditaduras mas sobretudo de democracias, sem que estes estejam apoiados por um tipo de comunicação e por uma estrutura de acção política que na modernidade pressupõem uma massificação da cultura letrada.

No século XIX e na primeira metade do século XX serão muito poucos os regimes que, assentando a sua matriz na democracia, conseguirão sobreviver por períodos de tempo tão alargados como a 1.ª República portuguesa, com taxas de alfabetização tão baixas. E se se discute hoje em dia, por mérito, pensamos nós, dos ensaios já mencionados de Vasco Pulido Valente, a efectiva “democraticidade” da 1.ª República, não devemos subestimar as expectativas que a critica republicana à “tirania” dos Bragança parece ter criado numa parte do povo português, que como muitos outros, na Europa e no mundo, quis conciliar a “Igualdade” com a “Liberdade”.

Quadro 4 – Eleitores e votantes na Metrópole 1881-1925

Anos	Eleitores	Votantes	Percentagem
1881	841.511	491.766	58.4%
1890	951.490	—	
1910	696.171	—	
1911	846.801	250.000*	
1913	397.038	150.000**	
1915	471.560	282.387	59,9%
1919	500.000	300.000	60%
1921	550.000	350.000	63,6%
1922	550.000	380.000	69%
1925	574.260	407.960	71%

* as eleições realizaram-se apenas em 26 círculos

** as eleições realizaram-se apenas em 28 círculos.

Fonte: Lopes, 1994, 145

O comentário final ao quadro anterior fornece-nos a entrada para este quadro. Na verdade, aquilo que se torna importante aqui é analisar as diferenças existentes na forma de legitimação política predominante da modernidade, ou seja, o voto, entre os últimos trinta anos do Constitucionalismo Monárquico e os dezasseis anos que durou a 1.^a República.

Trata-se de um quadro verdadeiramente desanimador, ao perceber-se que, se exceptuarmos as eleições constitucionais de 1911, numa altura em que o herdeiro político do velho Partido Republicano Português, o Partido Democrático, ainda não tinha afinada a lei do voto, eram muitos mais os potenciais eleitores em 1881 do que em qualquer outro período da 1.^a República.

Devemo-nos lembrar que uma das constantes da propaganda Republicana foi a do sufrágio universal, algo que num país com as taxas de analfabetismo que se conhecem, devia ter levantado legítimas suspeitas, mas, a verdade é que, como nos diz Fernando Farelo Lopes, durante a 1.^a República e “...excluindo as fases especiais de 1911-1913 e 1918-1919 a percentagem de recenseáveis sobre a população total fixou-se em torno dos 10-11%, ao passo que a percentagem de recenseáveis sobre a população masculina adulta oscilou entre os 24 e 41%...” (Lopes, 1994, 77).

No entanto, a questão não se resumia à diminuição da base de legitimação da 1.^a República face ao período político anterior, mas também na sua descarada manipulação. Desde listas “eleitas” administrativamente por falta de oposição e sem a presença dos eleitores, à coacção despudorada dos adversários, passando pelos crimes mais comuns da manipulação dos círculos eleitorais, até, no que diz respeito às eleições de 1925, a “...um tipo de fraude pouco conhecido nos anais do liberalismo português: a falsificação das actas (...) no próprio Ministério do Interior, por acordo entre os partidos republicanos ...” (Lopes, 1994, 159), houve de tudo, mas sobretudo houve uma quebra sistemática de partes inteiras do corpo doutrinário republicano (Lopes, 1994, 143-160; Valente, 1997, 19-21)

Porém, no que diz respeito à forma de legitimação política que se tornou dominante na modernidade, o voto, talvez a questão principal não

tenha sido a forma como os Republicanos o trataram, mas sim a maneira como era encarado pela maioria da população portuguesa, políticos de quase todos os quadrantes e sensibilidades, incluídos.

Como nos lembra de novo Fernando Farelo Lopes, “...as camadas populares abstiveram de fazer pressões constantes e generalizadas para a democratização do canal eleitoral, circunstância que se reporta em grande medida, ao “apoliticismo” que campeava nas massas localistas da periferia e, por motivos diferentes, nas minorias activas dos centros urbanos e industriais...” (Lopes, 1994, 76). Na verdade, no seguimento do raciocínio deste autor, não são só as camadas populares que, seguindo o lema dos anarco-sindicalistas ou a descrença e ignorância dos camponeses, desdenharão o voto como elemento de legitimação política: as classes dirigentes, mais à esquerda ou mais à direita verão sempre o voto de forma utilitária e oportunista como nos mostra a experiência republicana, e o salazarismo que se seguiu. Não passando por problemas de desintegração étnico-nacional que requeiram uma afirmação popular explícita, que pode ou não tomar a forma do voto, o oportunismo e sobranceria das classes dirigentes da época acabam por ter como complemento, depois de um curto período de algumas expectativas, a descrença por parte das classes e estratos sociais urbanos emergentes na sua integração pacífica, o que os leva a desdenharem o voto como arma política eficaz. Não vindo a pressão de baixo, dificilmente viria de cima, e isto apesar das constantes promessas e aparentemente sinceras declarações de amor ao voto por parte dos republicanos.

Assim, a transformação de “sujeitos” em “cidadãos”, que Hosbsbawm, baseado nas experiências históricas dos “grandes países” da Europa, toma como uma das características principais do nacionalismo da transição de século, acaba por ser bloqueada na 1.ª República: “...A dificuldade de acesso traduziu-se na recusa de conceder plena cidadania política quer a novos grupos ascendentes, nomeadamente ao operariado urbano e semi-urbano, quer aos trabalhadores rurais do Sul e ao pequeno campesinato que proliferava pelas zonas de minifúndio...” (Lopes, 1994, 167). Quer uns

quer outros, se encontrarão entre os que mais rapidamente, após a Revolução de 1910, abandonarão o país, como se verá no quadro seguinte.

Quadro 5 – Saldos natural, migratório e total, por décadas em Portugal, 1900 a 2001

Períodos Censitários	Saldo Natural	Saldo Migratório	Saldo Total
1900-1911	749.843	-197.457	552.386
1911-1920	425.570	-344.581	80.989
1920-1930	804.636	-82.343	722.294
1930-1940	828.695	124.299	952.994
1940-1950	847.825	-93.008	754.817
1950-1960	1.090.795	-711.643	379.152
1960-1970	1.072.620	-1.298.760	-226.140
1970-1981	791.925	377.837	1.169.762
1981-1991	351.279	-317.146	34.133
1991-2001	84.451	404.519	488.970

Fonte: Rosa &Vieira, 2003, 30

Mais uma vez os números são reveladores: o período compreendido entre os Censos Populacionais de 1911 e de 1920 é o terceiro mais negativo entre os onze períodos censitários do século XX, quer no que respeita aos saldos migratórios, quer no que diz respeito ao saldo total, ou seja à diferença entre o saldo natural e o saldo migratório. E se o baixo saldo total do período de 1911-1920 se pode atribuir a um anormalmente baixo saldo natural, resultante de um aumento de óbitos e de um decréscimo de nados vivos, consequência da 1.ª Guerra Mundial e do surto de gripe pneumónica que se lhe segue, o sentido do saldo migratório é inequívoco, ainda para mais se tivermos em conta que uma parte deste período é atravessado por uma guerra mundial, a que se segue uma

tremenda crise económica, as quais em conjunto limitam a dimensão dos fluxos migratórios mundiais.

No que diz respeito a Portugal, e mais em concreto ao período que nos interessa, o da 1.^a República, devemos-nos lembrar que o ano de 1912, com mais de 80.000 emigrantes só será ultrapassado em número de saídas, durante todo o século XX português, pelos anos de 1966 e 1967, sendo comparável ao ano de 1965; que o ano de 1913, estará entre o quinto e o sexto ano do mesmo século em que houve mais portugueses a emigrarem de Portugal e 1920 será o décimo ano do século XX em que houve mais gente a abandonar o país (Rosa & Vieira, 2003, 49). Acrescente-se a isto que, se nas décadas de sessenta e de setenta a população portuguesa ronda os 9 milhões de habitantes, entre 1911 e 1920 ela mal chega aos 6 milhões, o que nos dá uma dimensão aproximada do impacto que este surto de saídas teve no Portugal da segunda década do século XX.

E aqui a ruptura é clara: não há guerras coloniais ou demandas avassaladoras de mão-de-obra derivadas de ciclos de expansão económica internacional que expliquem este surto migratório: “... quando a sociedade está perturbada, ou por uma crise dolorosa, ou por transformações felizes mas demasiado súbitas, é provisoriamente incapaz de exercer esta acção (de regulação moral); e eis donde provêm estas subidas bruscas da curva dos suicídios cuja existência estabelecemos anteriormente...” (Durkheim, 1977, 291).

A noção de anomia a que Durkheim se refere no seu estudo sociológico sobre o suicídio, em que ao peso da fome e da pobreza duradoura, se juntam a desregulação das bases morais tradicionais de uma sociedade, eis uma explicação aventureira e aventureira para o suicídio demográfico dos portugueses durante os primeiros anos da 1.^a República em Portugal.

3. A República e os balanços possíveis

Numa demonstração de como nos envolvemos emocionalmente com fantasmas do passado e de como estes fazem parte do presente, parece

existir no subconsciente de muitos portugueses a sensação de que o período que vai de 1910 a 1926, constituiu uma espécie de “última oportunidade” que foi desperdiçada por incúria e falta de preparação dos políticos da República, entrando-se assim inevitavelmente numa zona de sombra, longa na sua duração e triste nas memórias reais ou imaginárias que evoca em muitos portugueses, independentemente de terem ou não por ela passado. No entanto, não é nem pode ser claro que outro tipo de governo, com outro tipo de pessoas, conseguisse evitar o que se veio a passar.

As questões estruturais que expusemos, e sobretudo a que se relaciona com o desenvolvimento económico, em conjunto com um contexto ideológico internacional então dominante, teria dado muito pouco espaço para que uma sociedade periférica conseguisse evoluir para uma democracia solidamente enraizada no voto popular, e a história do Mundo ou pelo menos do Ocidente, no período em causa, aí está para o mostrar. Além do mais resta saber se a questão da democracia se encontrava entre as preocupações principais dos portugueses da altura, quer falemos do povo, das elites económicas ou dos políticos.

No discurso político republicano, a palavra “democracia” é relativamente rara, nela se encontrando sobretudo referências fortes a conceitos como os de cidadania, liberdade, patriotismo e “consciência”, por oposição à forma supostamente “inconsciente” como os portugueses se deixavam “governar – enganar” pela Monarquia.

Um bom exemplo encontra-se no longo preâmbulo da Reforma Educativa de 29 de Março de 1911, em que no seu final se diz o seguinte: “...é que se torna indispensável e urgente que todo o português da geração que começa seja um homem, um patriota e um cidadão...” (Direcção Geral da Instrução Primária, 573). Não se encontrará neste texto, uma única menção à democracia, e quando se fala de cidadãos, a palavra evoca mais a imagem que a mitologia da revolução francesa criou, da moçoila de seio nu, barrete frígio na cabeça, escopeta numa mão e uma barricada como pano de fundo, do que do movimento civil que na Europa do

Norte se manifestava em massa a favor do Sufrágio Universal e que fazia greves por salários e por regalias sociais que estariam na base do modelo europeu de Sociedade Providência.

Independentemente de, na diversidade política que caracterizou os primeiros trinta anos do século XX em Portugal e que teve traços mais grossos entre 1910 e 1926 se poder encontrar de tudo, o que prevalece são linhas que estão de acordo com o atraso geral em que o país se encontrava: existiam anarquistas no movimento sindical em todo o Ocidente, mas em nenhum país Ocidental e aqui incluímos a Espanha, se notava tanto a ausência da social-democracia como em Portugal; existiam Partidos Radicais e partidos com a estrutura e ideologia do Partido Republicano, sobretudo nos países do Sul da Europa e na América Latina, mas raramente, na Europa, eles hegemonizaram o espaço político por tanto tempo, sem terem que se cruzar, misturar e miscigenar com os novos movimentos políticos que ainda duram nos nossos dias.

Nos primeiros trinta anos do século XX, nasceram e implantaram-se no mundo ocidental primeiro, e no mundo inteiro de seguida, os “partidos modernos”, dos Conservadores aos Socialistas e Social Democratas, dos Fascistas aos Comunistas, e foi do confronto entre o primeiro e o segundo grupo que a ideia de democracia se enraizou como uma solução possível e consensual, acabando por matar os sonhos revolucionários que tantas dores causaram. Em Portugal este tipo de partidos esteve quase que totalmente ausente durante os primeiros trinta anos do século, com a excepção de um débil e imaturo Partido Comunista que nasce de forma prematura no início da década de 20. Além do mais, partidos como os Democratas Cristãos, Cristãos Sociais, Sociais Democratas e Socialistas, entre outros, só podiam existir e prosperar num ambiente em que a integração social se podia fazer de forma pacífica através do voto, o que era impossível como vimos, no contexto em que decorreu a 1.ª República portuguesa.

Desta maneira, nos finais da 1.ª República, numa altura em que em algumas partes da Europa e do Ocidente se travava a dura e turbulenta luta em torno da passagem do povo da condição de “súbdito” para a

condição de “cidadão”, a política portuguesa continuava a ser inteligível no contexto de um clientelismo de século XIX, porventura com carácter mais urbano do que na Monarquia Constitucional, defraudando assim as esperanças de massificação cívica institucionalizada que pareciam potencialmente existir no espaço político republicano. Nesse sentido, a imagem que dele temos, é a de um corpo doutrinário do século XIX, enleado em práticas corruptas e pairando num vazio desorientado, não sendo nem “...a ordem progressista que aceitou os estratos inferiores, nomeadamente em termos de cidadania económica, nem a ordem conservadora que deixou incólume o *status* dos grupos do passado...” (Lopes, 1994, 164). Esta “paralisação” seria facilmente empurrada em 1926, pouco havendo quem a tivesse defendido na altura.

Assim, e repescando as conclusões parciais que formos tirando neste texto, percebemos que num país pobre e iliterato como o era o Portugal dos primeiros trinta anos do século XX, inserido num cenário de crise social económica e política mundial, e apesar do voluntarismo de alguns políticos republicanos que muitas vezes prejudicou mais do que facilitou, não podiam existir as bases de legitimação que permitissem a construção de um regime moderno e democrático. O povo parece ter percebido bem o que se passava, e depois de um curto tempo de expectativa, emigrou em massa até à altura em que as condições políticas e económicas internacionais o permitiram

Não se tratava de caso único como sabemos, mas admitimos que algumas especificidades da história e da identidade portuguesas assim como a sua situação geográfica, possam ter acentuado neste país as características de periferia em que uma parte substancial do mundo se encontrava nesta altura. O facto de algures no tempo ele se ter visto como poderoso e rico, e de ter tido um papel importante em partes da história mundial, mais não fez do que acentuar a sensação de perda que caracterizou os séculos XIX e XX, e quer a 1.^a República, quer, de outra maneira o Estado Novo, terão de ser encarados também, como um processo reactivo à imagem de decadência que assolou as elites portuguesas durante os tempos em questão.

Estes serão os limites políticos e materiais em que se move a educação nos primeiros trinta anos do século em Portugal, o que nos leva a questionar a pertinência da ideia de “Renovação” aplicada a qualquer campo e em especial ao campo da educação. Será possível que dentro de um contexto tão tenso e instável politicamente, e pobre materialmente como o que caracterizou a fase final do liberalismo português, e em particular o período republicano, possamos encontrar as condições para que o que chamamos de “Renovação”, seja em que campo for, ultrapasse a precariedade do ensaio instável? Será a isso que podemos chamar de “Renovação”?

4. A República, a Renovação Pedagógica e a Educação: a utopia e a realidade

Assim, pensamos que são duas as principais questões que se põem no âmbito deste ensaio sobre as relações entre a 1.^a República portuguesa, a educação e a pedagogia: a primeira refere-se ao significado do termo “Renovação Pedagógica”, dentro das circunstâncias antes expostas; a segunda prende-se com a discussão sobre a especificidade das práticas republicanas educativas no período que vai de 1910 a 1926 e o rasto que deixaram na história. Como veremos no texto, será impossível manter estas duas questões separadas durante muito tempo.

Começando pela primeira, percebemos que são várias as maneiras como as conceito de “Renovação” aplicado à educação ou à pedagogia, e tendo em conta o contexto restrito da 1.^a República, pode ser tratado. Uma dessas maneiras, refere-se a instituições, práticas, ou legislação, que tendo tido principio meio e fim durante a 1.^a República, foram diferentes do que existia antes, entusiasmaram pessoas e justificaram livros, mas que morreram sem continuidade, pouco deixando que não as memórias. Outra maneira de nos referirmos à Renovação Pedagógica, dirá respeito ao inventário e estudo de coisas que mudaram de tal forma as fundações sobre que assentam a educação e a pedagogia que ainda hoje lhe somos devedores.

Se isto parece claro, a maneira de dar utilidade prática a tal clareza já parece mais difícil e sobretudo, tremendamente subjectiva: como classificar, dentro destas definições, o texto legislativo de Reforma do Ensino Primária de 29 de Março de 1911, uma experiência pedagógica de média duração como a Escola Oficina n.º 1, a celebração da “festa da árvore”, ou a tremenda luta por uma das grandes esperanças educativas da República, a “Escola Primária Superior”? Todas elas eram, pelo menos, “novidades” no sentido em que em maior ou menor grau destoavam de textos e de práticas institucionais anteriores à sua existência, e todas tinham paralelo no mundo, uma vez que eram o resultado de redes de pensamento pedagógico e político representativos da cultura Ocidental, que se consideravam a si próprias como “avançadas”. Dentre elas, quais são as que podemos classificar como “Renovadoras” ou “inovadoras”, com um lugar assegurado numa narrativa consensual da modernidade em Portugal, quais as que merecem uma nota de pé de página e quais as que se tornaram irrelevantes em tal narrativa?

No que diz respeito à segunda questão, como antes referimos ela passa, por questionar a componente republicana do que do ponto de vista pedagógico aconteceu de relevante neste período. Por outras palavras: podemos falar de um legado educativo da primeira República, no sentido de constituir ele um todo homogéneo e como tal podendo ser avaliado, e se sim, pode ele ser considerado como “Renovador”? Ou, pelo contrário, o que de interessante existiu no tempo político ocupado pela República, seria possível de acontecer noutra contexto político? Ou, por outro lado ainda, as coisas interessantes feitas no tempo da República, fizeram-se devido ao espaço aberto por medidas de carácter republicana, e sem tal espaço não poderiam existir?

No fundo, a questão aqui posta é de saber se o que chamamos de “1.ª República” teve alguma pertinência na vida educativa e pedagógica do país, ou se esta vida, que em muitos casos, nasceu antes de 1910, e em outros sobreviveu a 1926, poderia ter existido sem o Partido Republicano Português e os senhores Afonso Costa, António José de Almeida, Brito Camacho e outros de que tanto se fala quando se fala da República.

É uma questão de resposta difícil, porque o facto de à 1.ª República se ter seguido um regime autoritário de longa duração fundado na recusa explícita de uma parte substancial do seu legado, dificulta a percepção do que do ponto de vista educativo poderia ter durado e apurar-se ou pelo contrário perecer por falta de fôlego e consistência. Como sabemos, e tendo em conta a experiência histórica recente, o único ambiente político em que tal teste é possível, é constituído pelas democracias liberais modernas legitimadas pelo voto universal, e como também sabemos, o que se seguiu à República não foi uma Democracia Liberal Moderna.

Resumindo, quando falamos de inovação pedagógica na 1.ª República, estaremos a falar de práticas, instituições ou legislação que não resistiram ao seu fim, ou, do que sendo suficientemente importante para hoje ser mencionado no campo educativo, precedeu e ou sobreviveu ao contextos político republicano?

Por outras palavras ainda, no contexto histórico mais alargado, a 1.ª República portuguesa foi uma agente activa e consciente de mudanças ou um cenário em que tais mudanças se deram?

Pensamos que só com uma análise séria ao que se tem escrito sobre este período, se poderá avançar neste campo, sem que haja pretensões de estabelecer verdades de longa duração, mas com a preocupação de acrescentar algo de útil e de novo face ao que se tem dito e escrito sobre o assunto.

Começando com os textos pioneiros de Rogério Fernandes (1973) e de José Salvado Sampaio (1975) intitulados respectivamente “As Ideias Pedagógicas de Adolfo Coelho” e “O Ensino Primário 1911-1969 – Contribuição Monográfica”, ambos publicados na década de setenta do século XX pela Fundação Calouste Gulbenkian, continuando, nesta editora ainda e cerca de dez anos depois, com o “Estatuto Sócio – Profissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)” de Aurea Adão (1984), e na monumental “História do Ensino em Portugal” de Rómulo de Carvalho (1986), do “Le Temps des Professeurs” de António Nóvoa (1987), até trabalhos mais recentes como os publicados por António Candeias (1994), Alberto Filipe Araújo

(1997), Joaquim Pintassilgo (1998), Helena Araújo (2000), António Teodoro (2001) e Manuel Henrique Figueira (2001), entre muitos outros textos dos mesmos e de outros autores cuja nomeação seria fastidiosa, eis um assunto, que está amplamente tratado na recente historiografia da educação em Portugal.

A maneira como são estabelecidas as relações entre a Educação e a 1.ª República, passa, do tom que se adivinha cúmplice da magnífica Contribuição Monográfica de José Salvado Sampaio, para a decepção que se instala de maneira mais ou menos marcada nas obras que se seguem. Os dez anos que medeiam entre a publicação de “O Ensino Primário 1911-1969 – Contribuição Monográfica” e a “História do Ensino em Portugal” ou “Le Temps des Professeurs”, marcam um processo de reposicionamento simbólico da 1.ª República na história Portuguesa, de um tempo de luzes e de democracia brutalmente esmagado pela Ditadura e portanto e também, de uma construção histórica usada como instrumento da sua denúncia, para um período onde, no populismo instaurado, na demagogia descabelada e na má governação, se pode encontrar a decisiva sementeira do que viria.

Um desabafo severo de Rómulo de Carvalho, ilustra esta transformação: “...Não faltaram à I República os homens esforçados de quem se esperaria nos legassem melhor imagem da sua acção governativa. Vítimas dos seus vícios políticos e das circunstâncias por suas mesmas atitudes criadas, conduziram o país por uma via de instabilidade de tal modo permanente e angustiosa que o fizeram desembocar na mais indesejada das situações, a da mão pesada que reprime e exige...” (Carvalho, 1986, 703).

Da pureza das leis republicanas, passa-se rapidamente para constatação da inadequação de tais leis a um país atrasado, e portanto da impossibilidade da sua aplicação num lamento que vem até aos nossos dias e que parece testemunhar continuidades persistentes. E esta mudança reflecte-se também na historiografia da educação em Portugal.

Num dos primeiros livros críticos sobre a história da educação em Portugal da autoria de A. Madeira Bárbara (1979), este termina com a

constatação enfática de que nada tinha mudado da Monarquia Constitucional para a 1.ª República; Rómulo de Carvalho, no texto antes citado pouco mais consegue achar de positivo no período de 1910 a 1926 do que o aumento da frequência das Universidades e das escolas técnicas, comerciais e agrícolas, salientando que os grandes problemas do analfabetismo e da incapacidade de fazer cumprir as leis de escolaridade obrigatória existentes em Portugal desde meados do século XIX, poucas alterações sofreram durante este tempo; António Candeias (1987) edita um número da revista “Análise Psicológica” com o título de “Educar de Outra Forma: a 1.ª República”, sem que um só dos artigos publicados se refira à “educação oficial” promovida pelo Estado Republicano, e António Nóvoa (1988) leva a cabo na mesma altura a primeira análise verdadeiramente estrutural do período em causa, que apoiada numa súpula de dados quantitativos, parece apagar de vez a ideia de que o período republicano teve algum tipo de importância na sedimentação de um Sistema Educativo nacional, inovador e eficiente.

No entanto, as ambiguidades sobre este período persistem nestes e em outros autores, e cremos que elas se organizam em torno de dois pólos: por um lado, a forma como são valorizadas e estudadas as grandes Reformas Educativas da República, sobretudo as de 1911, a de 1919 e o projecto de Reforma de 1923 de João Camoesas; e por outro, no reconhecimento do papel que a sociedade civil portuguesa e sobretudo os meios urbanos tiveram na construção de momentos educativos senão importantes, pelo menos interessantes.

No caso das Reformas Educativas portuguesas, a grande estrela é, cremos nós, não alguma das que tenha sido alguma vez aplicada, como as de 1911 ou a de 1919, mas um projecto que nunca chegou a passar do papel, e referimo-nos à Reforma de João Camoesas. Amplamente descrita e valorizadas por Rómulo de Carvalho (1986, 697-702) e António Nóvoa (1987, 542-549), que a apelida de “o canto do cisne” dos pedagogos republicanos portugueses, trata-se de um notável documento que na opinião destes e de quase todos os autores que sobre ele se debruçaram, poderia

ter mudado “alguma coisa “ na educação em Portugal. Estando de acordo com a apreciação feita sobre o documento, duas coisas se nos oferecem dizer:

- a primeira é de que se trata de um plano que nunca foi aplicado, tendo sobre os outros a vantagem de não ter sido confrontado com as consequências da sua aplicação;
- a segunda é de que ao louvarmos planos de Reformas poderemos incorrer no risco de esquecer o país em que tais planos se iriam aplicar, um país que em 1913 era um dos mais pobres da Europa (Landes, 2001, 258), com uma taxa de analfabetismo, em 1920, de cerca de 65%, um país que, no mesmo ano foi abandonado por mais de 60.000 pessoas em busca de socorro para as suas vidas (Rosa & Vieira, 2003, 49).

E a dúvida aqui instala-se: o que faria com que uma Reforma, por melhor e mais interessante que fosse, pudesse, em primeiro lugar ser devidamente implementada no país que existia, e em segundo, pudesse por si ter uma acção relevante na mudança de um estado de coisas destas?

Quanto à segunda das questões antes focadas, ela é melhor resumida, de novo por António Nóvoa, ao escrever que “ ... o melhor da República se construiu à margem do ensino oficial...” (1988, 54), ou por António Candeias, que referindo-se à mesma questão a põe nos seguintes termos: “...este período mostra-se fundamental pelo que foi realizado marginalmente ao próprio aparelho de Estado, que, justiça lhe seja feita, permitiu tais realizações, e pelas próprias leis e decretos emanados do mesmo Estado, uns aprovados, a maioria rejeitados ou deficientemente aplicados, mas que tiveram o condão de suscitar discussões apaixonadas...” (1994, 41). Assim, para estes e outros autores, muito do que foi a República em termos educativos terá passado pelas Universidades Populares e Livres, pelas escolas sindicais, as ligas de educação popular e de combate ao analfabetismo, o associativismo docente e a militância pedagógica que enquadrou a irrupção da “ideia” e das práticas de Educação Nova e que tiveram como trajetória

exemplar a Escola Oficina N.º 1, entre outras realizações que, não só se afastam do campo de acção do Estado, como, nas palavras de António Nóvoa, se situam para além da própria escola (Nóvoa, 1988, 54).

Seria a 1.ª República completamente alheia a tudo isto, eis o que não parece possível de confirmar ou de desmentir.

Por um lado a atitude de muitos republicanos perante o que foi descrito, variou com as suas próprias ideias e ideários, apesar de se poder dizer que, em geral. Os governos republicanos não terão mostrado a mesma hostilidade em relação às realizações pedagógicas de origem popular e sindical que mostraram para com as organizações políticas e sindicais propriamente ditas. Por outro lado, muitas destas realizações educativas contaram com cumplicidades e por vezes mesmo com o apoio explícito do Estado Republicano, traduzido em subsídios monetários que advinham do facto de algumas instituições educativas marcantes, como a Sociedade “A Voz do Operário” ou a Escola Oficina n.º 1 terem sido reconhecidas como sendo de “utilidade pública”. Mais do que isso é difícil de afirmar.

Mas, do que foi escrito poderemos tirar uma conclusão liminar e que é a de que o período em que viveu a 1.ª República parece ter correspondido a um período de “aceleração da História” que precipitou um clima de discussão e realizações práticas experimentais, que, passando pelo campo educativo, mas não só, terá submergido o Estado.

E aqui é necessário pensarmos em duas vias pelas quais tal “aceleração da História” se deu.

Por um lado, na fase final da Monarquia Constitucional, o caldeirão foi aquecido ao rubro por uma eficaz propaganda republicana, que usando os erros e hesitações dos governos monárquicos, amotinou e entusiasmou uma parte substancial do povo urbano e de muitos intelectuais, assustando mesmo os ideólogos anarquistas que não conseguiam impedir que os esforços de mudança social fossem canalizados para a ideia de República. E a educação, é preciso não esquecer, foi um dos campos de trabalho fundamentais da propaganda republicana, que a partir do final do século XIX não parou de fustigar o Estado pelas escandalosas taxas de analfabetismo

que a institucionalização dos Censos Populacionais pôs a nu. Assim, as expectativas criadas por um longo período de agitação, a que se segue uma “revolução” que produziu uma iconografia que estimulou as imaginações, terá que ser tido em conta quando queremos compreender a “aceleração da História” a que aludimos e as suas consequências no campo educativo.

Por outro lado, ao olharmos para o que se passou no mundo no tempo que viu nascer e morrer a 1.^a República, podemos perceber que seria estranho se todo o processo de criação cultural, política e educacional que marcou de forma decisiva o primeiro terço do século XX, não tivesse sido importante na modelagem do ambiente que se viveu em Portugal, na mesma altura:

Afinal, foi nesta altura que nasceu a Psicanálise, o expressionismo e o surrealismo, o fascismo e o comunismo entre muitos outros traços de ruptura com o passado, e tudo isto num pano de fundo constituído por dois dos mais fecundos e traumáticos factos do século XX, ou seja, a 1.^a Grande Guerra e a Revolução Soviética. Na educação, não nos esqueçamos, que entre muitos outros, estes são os tempos de John Dewey, de Maria Montessori de Adolphe Ferrière, de A.S. Neill, de Celestin Freinet e das Escolas Livres de Hamburgo, da Liga de Educação Nova e de toda uma geração que quis mudar o mundo mudando a educação. Como teria sido possível que Portugal estivesse fora deste ambiente?

Resumindo, e sobre o tema, pensamos que se podem afirmar alguns princípios que não sendo dotados de grande rigor, permitem no entanto enquadrá-lo:

- a) Parece claro que o Partido Republicano Português foi antes e durante uma parte do Regime que fundou, uma força política com muita influencia nos estratos urbanos, e que, em coerência com a sua origem ideológica, acreditava sinceramente que a educação era um factor decisivo não só no desenvolvimento de Portugal, como no seu caminho para o poder. Assim, e de acordo com tal crença, os republicanos, dentro ou fora do P.R.P., terão

tido um papel importante na fixação da ideia de que todas as pessoas, independentemente da origem social e da profissão, deviam ser alfabetizadas, instruídas ou educadas. São mesmo dos primeiros a cruzarem a militância política e a alfabetização, como o demonstram muitos dos Centros Escolares Republicanos que se fundam e desenvolvem dos finais do século XIX até à década de trinta do século que se segue. No entanto, se estas crenças são firmes no ideário republicano, já quanto ao significado do termo “pessoa” as firmezas vacilam, visto que, ao contrário do Anarquismo, que também construía escolas para o povo, a República é uma “coisa de homens”. No que diz respeito a esta “vacilação”, apesar da existência de alguns trabalhos, uns mais interessantes e profundos que outros, (Candeias, 1994, 367-378, mas sobretudo, Araújo, 2000) sentimos que ainda há muito espaço para investigação.

- b) Parece claro que os esforços legislativos e políticos dos republicanos no intuito de mudarem a educação em Portugal, quer no que diz respeito ao seu alargamento, quer no que diz respeito à sua renovação do ponto de vista pedagógico, quer ainda no que diz respeito à expansão da sua componente não escolar, de forma geral, e exceptuando casos como os da criação das Universidades de Lisboa e do Porto, ou da relativa expansão das escolas técnicas e comerciais, falharam. Por outras palavras, entre 1910 e 1926, o número de pessoas que estuda em Portugal aumenta, com oscilações durante os negros anos do final da 1.ª Guerra Mundial, mas de maneira continua face ao regime anterior, a grande mudança vindo-se a notar a partir de finais da década de quarenta, e sobretudo nas décadas que se seguem. As causas de tal “falhanço” podem ser muitas, desde a pobreza do país, à ineficácia governativa, passando por uma conjuntura externa política e economicamente desfavorável, mas a lucidez de Rómulo de Carvalho aponta de maneira crua o tremendo pano de fundo em que o drama republicano se desenrolou: “...O ambiente era hostil à reflexão indispensável às

providências governativas de que o país estava tão carecido e a substituição frequente de Governos não permitia a continuidade requerida para que qualquer projecto fosse avante. Recordemos que o Ministério da Instrução Pública foi criado por decreto de 7 de Junho de 1913. Daí até ao fim de da I República (...) decorrem treze anos. Durante esses treze anos houve quarenta ministros da Instrução, sem contar com os que desempenharam o cargo interinamente (...) o que dá a média de um ministro por quatro meses...”(Carvalho, 1986, 705).

- c) Parece claro que o período de vida da República, foi testemunha de um “aquecimento político, social e cultural” cujas origens assiná-lamos, e que vê nascer inúmeras tentativas de mudança educativa e de renovação pedagógica que se traduziram por práticas de maior ou menor duração, de maior ou menor consistência, mas que parecem ter marcado o imaginário da época, transmitindo-se aos tempos de hoje. As inúmeras publicações educativas “progressistas” e “inovadoras”, a normalização de um vocabulário oriundo da “Educação Nova” e do Anarquismo, a proliferação de organizações, de ligas e de associações educativas, mostram, que um pouco como por todo o mundo, a ideia de mudança estava associada também à ideia de “renovação” ou mesmo de “ruptura” na Educação e na Pedagogia, e provavelmente, é este quadro difuso, confuso, mas cheio de côr e de movimento que melhor ilustrará os tempos em que a 1.ª República viveu. Mas pouco parece ter ficado a partir da década de trinta, e do que ficou, muito teve de ser mudado para continuar a existir, pelo que o tempo e a liberdade, dois dos grandes juizes do mérito, acabaram por faltar no julgamento da consistência pedagógica do que se fez naquela altura. No entanto, e para terminar, duas ressalvas devem ser feitas: só podemos ligar este tempo à República se o alargarmos para aquém da sua fundação, e mesmo assim cometeremos muitas injustiças porque apagamos o papel que muita outra gente, expressamente

CASTRO, Armando de (1971). *A revolução Industrial em Portugal no século XIX*. Lisboa. Publicações Dom Quixote

CATROGA, Fernando (2000). *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Editorial Notícias

DURKHEIM, Emile (1977). *O suicídio*. Lisboa: Editorial Presença.

FERNANDES, Rogério (1973). *As ideias pedagógicas de Adolfo Coelho*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência.

FIGUEIRA, Manuel Henrique (2001). *Um roteiro da Educação Nova em Portugal. Escolas novas e práticas pedagógicas inovadoras (1882-1935)*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, dissertação de Mestrado em Ciências da Educação.

FONSECA, Carlos da (s.d.). *História do Movimento Operário e das ideias socialistas em Portugal* (4 volumes). Mem Martins: Publicações Europa América.

GABRIEL, Narciso (1998) Literacy, age, period and cohort in Spain (1900-1950), in *Paedagogica Historica*, Vol.34, 1, 29-62.

GELLNER, Ernest (1993) *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva.

HOBBSAWM, E.J. (1990). *Nations and nationalism since 1780. Programme, myth, reality*. Cambriddge: Cambridge University Press.

LANDES, David S. (2001). *A riqueza e a pobreza das nações. Porque são algumas tão ricas eoutras tão pobres*. Lisboa: Gradiva.

LEAL, Ernesto Castro Leal (1999). *Nação e nacionalismo*. Lisboa: Edições Cosmos.

LOPES, Fernando Farelo (1993). *Poder político e caciquismo na 1.ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.

MARTINS, Hermínio (1998). *Classe, status e poder*. Lisboa: I.C.S.

MARQUES, António H. Oliveira (1991) (coordenador). Portugal da Monarquia para a República. In Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, Vol XI. Lisboa: Editorial Presença

MARQUES, António H. de Oliveira (1981). *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.

MARQUES, António H. de Oliveira (1978) *História da 1ª República Portuguesa: as estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

MEDEIROS, Fernando (1978). *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*. Lisboa: A Regra do Jogo

MINISTÉRIO DO INTERIOR, Direcção Geral da Instrução Primária (1911). *Decreto de 29 de Março de 1911*. Lisboa: Diário do Governo

NÓVOA, António (1987). *Le temps des professeurs*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

NÓVOA, António (1988). A República e a escola. Das intenções generosas ao desengano das realidades, in *Revista Portuguesa de Educação*, 1 (3), 29-60.

PINTASSILGO, Joaquim (1998). *República e formação de cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.

RAMOS, Rui (1994). A segunda fundação (1890-1926). In José Mattoso (direcção) *História de Portugal*, Vol. 6. Lisboa: Círculo de Leitores.

RIoux, Jean-Pierre (1971). *La Révolution Industrielle*. Paris: Éditions du Seuil.

ROSA, Maria João Valente;Vieira, Claudia (2003). *A população portuguesa no século XIX*. Lisboa: I.C.S.

SAMPAIO, José Salvado (1975). *O Ensino Primário 1911-1969. Contribuição monográfica*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência.

TELO, António José (1980, 1984) *Decadência e queda da 1.ª República Portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo.

TEODORO, António (2001). *A construção política da educação. Estado, mudança social e políticas educativas no Portugal contemporâneo*. Porto: Edições Afrontamento.

VALENTE, Vasco Pulido (1997). *A «República Velha» (1910-1917)*. Lisboa: Gradiva.

VALENTE, Vasco Pulido (1976). *O poder e o povo: a revolução de 1910*. Lisboa: Dom Quixote.